

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Governo desiste de migrar Eletrobrás para segmento mais rígido na Bolsa](#)..... 8

Correio Braziliense

[Título: Conta de luz ficará mais cara, alerta governo](#)..... 10

Valor Econômico

[Título: Governo não vai levar estatal ao Novo Mercado](#) 21

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Notas	3
Título: Estudo liga energia menos poluente a redução de mortes	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Vento.....	5
Título: Petrobras anuncia que vai 'dar um beijo' no mercado e privatizar BR.....	5
Título: Disputa por contrato para iluminação pública se acirra em São Paulo	5

Título: Sabesp planeja instalar mini-hidrelétricas em canos de água	7
Título: Governo desiste de migrar Eletrobrás para segmento mais rígido na Bolsa.....	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Conta de luz ficará mais cara, alerta governo.....	10
Título: Preço da gasolina cai, mas não nos postos.....	11
Título: Eletrobrás vai a leilão sem mudar governança.....	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Trump vai na contramão do combustível mais limpo	13
Título: Andar de carroças de novo?	15
Título: Destaque	18
Título: Relator vota pelo fim da punição para crime de furto em ação no STJ.....	18
Título: Negociação entre Eletrobrás e Eletropaulo agrada mercado.....	19
Título: Governo não vai levar estatal ao Novo Mercado	21
Título: Petros teme prejuízo com Eldorado	22
Título: Ouro Preto busca investidor para pré-sal.....	23
Título: Previ avalia proposta de arbitragem coletiva contra Petrobras	24
Título: Eneva conclui oferta de R\$ 835 milhões e reestreia na bolsa	25
Título: STJ nega pedido de minoritários do Grupo Ipiranga	27

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:** Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães**Título:** Notas**» Na frente.**

Apoiada pela gestora Aberdeen, a especialista em governança corporativa Sandra Guerra ganhou pontos na corrida pelo conselho de administração da Vale. A consultoria internacional de recomendação de votos Glass Lewis se manifestou a favor de Sandra para a eleição de conselheiros independentes marcada para o dia 18 deste mês. O voto nela foi recomendado ainda pela Institutional Shareholder Services (ISS), assim como em Isabella Saboya, conselheira da Wiz e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) que também foi indicada pela gestora britânica. Nesta sexta-feira, Glass Lewis e ISS tornarão pública sua recomendação de voto.

» Diversidade.

O relatório de recomendação da Glass Lewis ressalta a extensa experiência internacional de Sandra, seu conhecimento em governança e na implementação de mudanças relevantes nas empresas. Para a ISS, seu nome e o de Isabella provavelmente trarão diversidade e um conjunto diferente de habilidades ao conselho da Vale.

» Agenda livre.

Tanto a Glass Lewis como a ISS avaliaram bem todos os candidatos na disputa. Sandra e Isabella, no entanto, têm a vantagem de possuírem menos compromissos com outros conselhos em comparação aos concorrentes Marcelo Gasparino, conselheiro na Eletropaulo e na Eternit, e Ricardo Reisen, conselheiro da Oi, indicados por um grupo de minoritários liderado por Geração Futuro e Tempo Capital. A assembleia do dia 18 elegerá pela primeira vez membros independentes ao conselho da mineradora. Estão em disputa 2 de um total de 12 vagas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Metrópole**Autor:** Juliana Tiraboschi**Título:** Estudo liga energia menos poluente a redução de mortes

Pesquisas no Brasil e nos EUA mostram que nova matriz energética evitaria problemas de saúde e pouparia recursos

Pesquisas recentes nos Estados Unidos e no Brasil reforçam o entendimento de que as mudanças na matriz energética – com substituição de uso de combustíveis fósseis por alternativas menos poluentes – levam à melhora na qualidade do ar e, assim, reduzem riscos de mortes prematuras. Os estudos ainda apontam vantagens econômicas nas alterações. Uma das pesquisas, da Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA), mostrou que, entre 2007 e 2015, a melhoria na qualidade do ar de várias cidades do país – graças, em grande medida, a investimentos em energia solar e eólica – levou a uma economia de US\$ 29,7 a US\$ 112,8 bilhões, dependendo da região, e poupou entre 3 mil a 12,7 mil mortes prematuras que seriam causadas por problemas de saúde. O estudo foi publicado em agosto na revista científica *Nature Energy*. Enquanto os incentivos federais à energia solar e eólica ficaram na ordem de US\$ 6,5 bilhões em 2010, a economia relativa à melhoria da qualidade do ar e redução na emissão de gases de efeito estufa foi estimada pelos pesquisadores em US\$ 8,3 bilhões.

Para 2013, foram US\$ 11,5 bilhões de incentivos para economia de US\$ 13,1 bilhões. Os valores levam em conta o que se deixa de gastar com internações, faltas no trabalho e perda de produtividade por doenças e mortes.

“Comparando ano a ano, claramente os benefícios se igualam ou superam os incentivos”, disse ao Estado Dev Millstein, autor principal do estudo, . “Além disso, a vida útil de parques solares e eólicos é de 20 a 30 anos, então eles continuarão a fornecer benefícios por muito tempo depois que os incentivos tiverem cessado”. Diferentemente do Brasil, que tem nas hidrelétricas a maior fonte de geração de energia, os Estados Unidos têm o gás natural e as termelétricas movidas a carvão como protagonistas de sua matriz energética. A queda na emissão de poluentes ajudou a evitar até 12,7 mil mortes prematuras, dependendo da região, que seriam provocadas por doenças causadas pela poluição.

“Foi, de longe, o maior benefício da melhoria na qualidade do ar”, diz Millstein. “Também houve significativas reduções na incidência de asma, bronquite, enfartes não fatais, visitas ao pronto-socorro por problemas respiratórios e cardiovasculares e nas faltas ao trabalho e escola”. Brasil. Um estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), divulgado em maio, também relacionou os benefícios à saúde causados por uma mudança na matriz energética. Mas, nesse caso, a pesquisa avaliou a energia usada no transporte público sobre rodas na cidade de São Paulo, que é o diesel, na maior parte dos casos. O trabalho analisou três cenários, elaborados pela organização Greenpeace. O pior reflete a continuidade das políticas públicas atuais. Se mantida essa situação até 2050,

seriam contabilizadas 178.155 mortes que podem ser atribuídas à poluição do ar por causa da emissão de material particulado fino.

No cenário mais otimista, no entanto, com 100% da substituição do diesel pela matriz elétrica, 12.796 vidas seriam poupadas até 2050. A mudança também evitaria gastos da ordem de R\$ 3,8 bilhões por causa da perda de produtividade decorrente das mortes. Segundo Evangelina Vormittag, diretora técnica do Instituto Saúde e Sustentabilidade e uma das autoras do estudo, o material particulado é o elemento mais preocupante da poluição que vem do diesel. “Ele causa problemas sistêmicos, como enfarte”, diz. O material particulado costuma ser mais associado aos problemas respiratórios, mas 80% dos efeitos são no sistema cardiovascular. “Ele entra no organismo pelo pulmão e passa para a circulação”, diz. De acordo com o médico Paulo Saldiva, diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) e coautor do estudo, os poluentes da queima do diesel podem aumentar ainda o risco de derrame, além de câncer de pulmão e bexiga.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunista

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Vento

Furnas vai investir R\$ 5 milhões em um túnel de vento para avaliar os efeitos do movimento do ar nos sistemas de geração de energia eólica. Desde 2008, a subsidiária da Eletrobrás investiu R\$ 251 milhões em inovação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunista

Autor: Nelson de Sá

Título: Petrobras anuncia que vai 'dar um beijo' no mercado e privatizar BR

Toda Mídia

Em entrevista ao [Financial Times](#), agora sobre a aceleração do plano de privatizar a BR Distribuidora, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, diz que, "se o mercado sorri para nós, podemos ir até lá e dar um beijo nele".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JOANA CUNHA DE SÃO PAULO

Título: Disputa por contrato para iluminação pública se acirra em São Paulo

O contrato emergencial para a iluminação pública de São Paulo que a prefeitura fechou sábado (30) com a atual prestadora do serviço, a FM Rodrigues, já provoca reações de concorrentes no setor.

A Conecta, que faz construção e manutenção de redes de energia e iluminação, protocolou na segunda (2) um pedido para que a prefeitura informe qual foi o critério que levou à seleção da FM.

Francisco Scattaregi, advogado da empresa, diz que a Conecta queria ser consultada para participar do contrato de emergência. "Ela daria desconto de 5% só para começar a negociar, mas a prefeitura nunca chama", diz. Em nota, a prefeitura justifica que a FM Rodrigues foi contratada em caráter emergencial para evitar descontinuidade no serviço.

"Por estar prestando o serviço, a empresa tem mão de obra contratada, equipamentos, estoque de material, especificidades que garantem a prestação dos serviços sem que haja intercorrências que possam resultar em prejuízo à população", diz a nota.

Segundo a prefeitura, o pedido de vista do processo feito pela Conecta foi enviado ao Ilume (Departamento de Iluminação Pública).

Para a FM Rodrigues, o questionamento da concorrência é "disputa comercial". Em um consórcio chamado SP Luz, formado com a empresa Alumini, a FM Rodrigues foi escolhida na licitação de 2011 para a iluminação da cidade. Já houve renovação em 2015.

A Alumini, porém, teve a participação rescindida neste ano porque subcontratou outras duas empresas num modelo considerado vedado pelo edital. A FM ficou conduzindo a operação.

A Alumini nega qualquer irregularidade na subcontratação e se queixa de ter sido a única excluída, enquanto a FM permaneceu no contrato. "A subcontratação foi para serviços que não eram objeto principal do contrato", diz a Alumini, em nota.

"A prefeitura, em claro favorecimento à FM Rodrigues, decidiu excluir só a Alumini da prestação", diz ela.

Em setembro, o Tribunal de Justiça de SP reconheceu que a FM tinha responsabilidade solidária nesta subcontratação. A defesa da FM diz que as empresas já vinham atuando separadamente.

Outra queixa sobre o contrato emergencial vem da Abilux (associação da indústria). Para Marco Poli, diretor da entidade, também não está claro quais serão os critérios para aprovação dos fornecedores de luminárias. Segundo a prefeitura, essa homologação será feita pelo Ilume.

A FM Rodrigues pode vencer outra disputa: a concorrência pela PPP da iluminação de São Paulo –um contrato de mais de R\$ 7 bilhões cujo atraso levou à renovação emergencial.

Hoje, só há dois competidores: um deles é o consórcio FM Rodrigues, em que a FM é parceira da Consladel –empresa integrante do consórcio que ganhou lotes nos últimos contratos da manutenção de semáforo na cidade.

O outro é o consórcio Walks, que tem WTorre e a Quaatro, controladora da Alumini. Mas enfrenta dificuldades porque a Alumni foi considerada inidônea para firmar contrato público após envolvimento na Lava Jato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NATÁLIA PORTINARI DE SÃO PAULO

Título: Sabesp planeja instalar mini-hidrelétricas em canos de água

A Sabesp quer aproveitar a pressão hidráulica dos canos de água para reduzir seus gastos com energia elétrica na região metropolitana de São Paulo, que chegam a R\$ 500 milhões por ano.

O plano é instalar "mini-hidrelétricas" em 200 pontos do sistema de saneamento da cidade. A energia será transmitida para a Eletropaulo, em troca de abatimento de 3,2% dos gastos da Sabesp (R\$ 16 milhões). A distribuidora já está de acordo com a ideia.

A empresa procura um investidor do mercado de energia para patrocinar as obras. "O negócio da Sabesp não é energia, é claro, então estamos estudando uma sociedade com alguma empresa do setor", diz o superintendente Aurélio Fiorindo, responsável pelo projeto.

Enquanto isso, a empresa está montando um "piloto" em Barueri, na Grande São Paulo, que deve começar a funcionar no início de 2018.

A fornecedora do equipamento, de custo aproximado de R\$ 200 mil, é a alemã KSB, que já participou de projetos de mini-hidrelétricas no sistema de

saneamento na Europa. Há dois anos, foi instalado um sistema parecido nos canos de Portland (EUA).

No Brasil, a ideia é inédita e se torna possível porque a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) editou, em 2015, uma resolução permitindo instalar sistemas pequenos de geração de energia sem necessidade de assinar contratos com o órgão.

Somente em Barueri, a Sabesp estima economizar R\$ 300 mil por ano, o suficiente para suprir o consumo de 450 casas com três moradores.

COMO FUNCIONA

É possível gerar energia a partir dos canos porque, ao entrar em reservatórios ou estações de tratamento, muitas vezes a água chega com mais pressão do que o necessário.

"O sistema leva a água até o ponto mais alto do relevo. Na maioria dos pontos mais baixos, há energia [hidráulica] excedente", diz Fiorindo. Essa pressão de água será transformada em eletricidade com turbinas, com a mesma tecnologia de uma hidrelétrica comum, mas em pequena escala. Com os 200 pontos construídos, devem ser gerados 28 mil MWh anuais, segundo a empresa.

A Aneel permite "microgeração" de energia de até 75 kW, desde que seja de fonte renovável ou sustentável, e introduz regras para a compensação de energia elétrica.

Em acordo com a distribuidora, qualquer consumidor pode participar de uma compensação, e o crédito deve ser utilizado em até 60 meses.

A Sabesp gasta energia principalmente com estações de tratamento e para bombear água dos reservatórios para casas e estabelecimentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo desiste de migrar Eletrobrás para segmento mais rígido na Bolsa

Para agilizar o processo de privatização da Eletrobrás, o governo decidiu adiar a entrada da empresa no Novo Mercado, segmento de regras de governança mais

rígidas da Bolsa B3. O anúncio foi feito nesta quinta (5) por **Paulo Pedrosa, ministro de Minas e Energia em exercício**.

Com o adiamento, o governo tenta concluir a diluição de seu controle acionário na estatal até o primeiro semestre de 2018 – a União detém diretamente 40,99% das ações da companhia. A expectativa é arrecadar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões para reduzir o rombo nas contas públicas do próximo ano.

"Nosso entendimento é que levar a Eletrobrás ao Novo Mercado, na visão atual, ampliaria o cronograma e comprometeria os prazos que nós queremos. Então, possivelmente, isso será uma obrigação para o novo investidor, e não uma condição prévia ao leilão", disse Pedrosa durante evento da Apine (Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica), em Brasília.

Os investidores reagiram mal à mudança de planos. As ações ordinárias –com direito a voto– da Eletrobrás recuaram 1,74%, enquanto as preferenciais fecharam em baixa de 0,87%. O Ibovespa, principal índice do mercado acionário brasileiro, fechou em leve alta de 0,03%.

Ainda assim, as ações da Eletrobrás acumulam forte valorização desde o anúncio da privatização, em 21 de agosto. Os papéis ordinários da empresa sobem 51,2% e os preferenciais, 40,7%.

Parte desse otimismo com a empresa estava associado não somente à notícia da diluição da participação do governo, mas também à migração para o Novo Mercado, que exige mais transparência. Na avaliação de analistas, esse é um dos pontos que podem explicar a decisão de adiar a adesão ao segmento.

"Entrar no Novo Mercado é abrir todas as informações da empresa, de uma maneira mais criteriosa. É colocar uma lupa lá dentro, e não se tem ideia do que será encontrado", avalia Raphael Figueredo, sócio-analista da casa de análises Eleven Financial. "O custo pode ser maior do que simplesmente deixar tudo do jeito que está hoje."

Apesar do adiamento, Figueredo crê que a empresa deve acabar migrando para o segmento, após a conclusão da privatização. "Atrai o investidor estrangeiro, que busca mais governança", diz.

As empresas do Novo Mercado só podem emitir ações com direito a voto. Também precisam ter uma área de auditoria interna e divulgar informações aos acionistas, como políticas de remuneração.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Conta de luz ficará mais cara, alerta governo**

O governo descarta risco de racionamento, mas admite que a situação crítica dos reservatórios vai tornar a conta de luz mais cara. **O ministro interino de Minas e Energia (MME)**, Paulo Pedrosa, disse ontem que está chovendo pouco e a expectativa para o próximo período úmido não é muito otimista. “O mais correto é dar transparência. Com a atual situação da hidrologia, o custo da energia vai ficar mais alto”, alertou. E recomendou: “O uso racional é bom para o país e para todo mundo”.

No entanto, Pedrosa garantiu que, apesar do baixo nível dos reservatórios, o sistema elétrico tem condições de garantir o abastecimento. “A hidrologia não é a pior da história, mas o nível dos reservatórios não está bom. A umidade que normalmente se forma na Amazônia está demorando a ocorrer. O solo está mais seco e isso pode significar um atraso. Além disso, os períodos úmidos dos últimos cinco anos têm sido bastante inferiores à média. No Nordeste, estão à metade”, ressaltou.

Apesar da falta de chuvas, o ministro interino explicou que o governo trabalha para aumentar a oferta de eletricidade. “O CMSE (Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico) anunciou a entrada de quase 5 mil megawatts (MW) de energia nova este ano. O crescimento da demanda foi muito baixo por conta da crise, e isso levou a um excesso de capacidade”, disse. “Nossa condição de atendimento não é comparável a momentos do passado em que houve estresse do sistema. Temos conforto no atendimento”, assegurou.

O setor elétrico está preparado, inclusive, se houver uma retomada surpreendente da economia, afirmou Pedrosa. “A oferta nos leilões foi enorme, muitas vezes maior do que nossa capacidade de consumir energia”, justificou, durante evento promovido pela Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) para debater o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor.

Para Thaís Prandini, diretora da Thymos Energia, o preço da energia, de fato, está subindo e as contas já estão mais caras devido ao sistema de bandeiras tarifárias. “Risco de desabastecimento, por enquanto, não há”, assinalou. Na opinião do presidente da CMU Comercializadora de Energia, Walter Fróes, contudo, é preciso se precaver. “O consumo industrial está baixo. A economia está sendo retomada, mas ainda está longe do que se gostaria. Se lá estivéssemos, teríamos problema de abastecimento”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Rodolfo Costa****Título: Preço da gasolina cai, mas não nos postos**

O preço da gasolina vendida nos postos de Brasília destoa da realidade nas refinarias. Ontem, quando a Petrobras reduziu em 0,7% o preço do combustível na indústria — a sexta queda consecutiva —, o valor praticado no varejo pelos revendedores não contemplava o recuo de 6,3% acumulado nas últimas correções. Com a decisão da estatal, que passa a valer hoje, a retração foi para 7% no período de uma semana. Mas o que o consumidor ainda vê, na prática, são custos pouco condizentes com os recentes movimentos de mercado. Em alguns estabelecimentos, o preço se manteve; em outros, subiu.

O Correio percorreu 27 postos de combustível para comparar preços. Em nenhum deles constatou-se queda de, pelo menos, 6% no preço da gasolina vendida ao consumidor, em relação à semana passada. O que mais chegou perto de oferecer uma redução desse nível foi o posto da rede Ipiranga localizado na 115 Norte, que, nesse período, apresentou recuo de 5,5% no preço cobrado na bomba.

O estabelecimento se destaca quando se comparam o preço observado ontem, de R\$ 3,74 por litro, com o valor cobrado na segunda-feira, de R\$ 4. Nessa comparação, o recuo foi de 6,5%. No mesmo período, o preço da gasolina caiu 3,1% nas refinarias. Nenhum outro comércio visitado pela reportagem, porém, mostrou queda superior a 3%.

Em alguns postos, o preço da gasolina se manteve. É o caso de um revendedor da Petrobras, localizado na 103 Norte, que, ontem, cobrava R\$ 4,14 pelo litro da gasolina. A situação é ainda pior em um estabelecimento da mesma rede, localizado no Setor Hoteleiro Norte. Em uma semana, o preço subiu 3,53%. Nos últimos três dias, a alta foi ainda maior, de 6,2% (veja arte).

O contraste entre os preços praticados no varejo e o movimento de queda nas refinarias deixa indignado o servidor público Eronilton de Jesus, 46 anos. “É o mesmo sentimento de quando ouvíamos falar que o valor caía no exterior e o mesmo não acontecia aqui. É simplesmente revoltante”, criticou.

Desde 30 de junho, a Petrobras segue um modelo de correção dos preços dos combustíveis que leva em conta as condições do mercado. Pesam nas análises questões como a taxa de câmbio e as cotações internacionais do petróleo e dos derivados. Os reajustes podem ser diários, ou seja, não há mais um represamento artificial, como ocorria na gestão da ex-presidente Dilma

Rousseff.

Para Eronilton, o trabalho da estatal ainda é insuficiente. “O preço da gasolina está pela hora da morte. Por mim, que o governo privatize a Petrobras se isso ajudar a reduzir o preço dos combustíveis”, disse. Com o orçamento familiar mais apertado para acomodar as despesas com o combustível, ele reduziu as viagens que fazia com a família nos fins de semana para o interior de Goiás.

Cartel

Uma vez que vigora no país a liberdade de preços, cada posto pode fixar o valor cobrado do consumidor dentro da sua visão mercadológica. Em Brasília, porém, até pouco tempo, operou um cartel de revendedores, que combinavam preços entre si. A Cascol, dona de cerca de 30% dos postos de combustível do Distrito Federal, informou que não comenta a política de preços, mas ressaltou que, desde abril, vem cumprindo rigorosamente o acordo firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Ministério Público para suspender a prática danosa ao mercado. A empresa reiterou o “compromisso de respeito à livre concorrência, de renovação das práticas empresariais e de implementação de rigorosas políticas de compliance.”

O peso do combustível no orçamento familiar tende a diminuir. A MacroSector Consultores avalia que não há tendência de alta no horizonte de 12 meses no preço do barril de petróleo. Diante do baixo crescimento da economia mundial, a expectativa é de que a demanda fraca pela commodity possa manter os preços baixos, efeito que deve se refletir na nova política da Petrobras. Já o impacto disso para o consumidor deve vir com o tempo. “A tendência é que, cedo ou tarde, os preços na ponta também diminuam. É uma transição que nem sempre é instantânea”, destacou a consultoria.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Eletrobrás vai a leilão sem mudar governança

O governo desistiu de credenciar a Eletrobrás no mais alto nível de governança corporativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e vai vender a companhia sem esse ajuste. A afirmação é do ministro interino de Minas e Energia, Paulo Pedrosa. Segundo ele, adequar a estatal às exigências do Novo Mercado ampliaria o cronograma e comprometeria os prazos. “Será um compromisso do investidor e não uma condição prévia do leilão”, disse ontem, em evento promovido pela Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) para debater o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor.

Pedrosa afirmou que as medidas provisórias que tratam do novo modelo do setor elétrico e da modelagem da privatização da Eletrobrás devem ser editadas praticamente juntas. “Pode haver um atraso de 10 a 15 dias entre uma e outra, mas estão sendo trabalhadas em conjunto. São movimentos coordenados porque a mudança do modelo também é importante para a privatização da Eletrobrás. Vai dar a previsibilidade que os investidores precisam”, ressaltou.

O ministro interino afirmou que a modelagem da Eletrobrás é um processo extremamente complexo. “Estamos trabalhando com o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), e com os ministérios da Fazenda e do Planejamento para fazer um modelo seguro. De um lado, precisamos de pressa. De outro, temos que ter muito cuidado. Há toda uma discussão política e não podemos deixar fragilidades que possam gerar possíveis processos judiciais”, justificou.

Para os especialistas do setor, não comprometer os prazos é mais importante do que entregar a Eletrobrás adequada ao Novo Mercado. A economista Elena Landau, ex-conselheira da Eletrobrás, afirmou que governança corporativa deve ser um objetivo permanente das empresas. “Porém, de uma hora para outra, com as exigências que o Novo Mercado faz, ia dilatar demais o prazo. A Eletrobrás tem muitos acionistas preferenciais”, alertou.

Uma das exigências para entrar no Novo Mercado é não negociar ações preferenciais. A Vale está fazendo isso, com chamamento dos acionistas para trocar os papéis por ordinários. “No caso da Eletrobrás, que tem um valor patrimonial muito grande, fazer a conversão ia demandar tempo e atrapalhar a modelagem de privatização. Era um objetivo exagerado, sair de uma governança baixa e pular direto para Novo Mercado”, disse.

No entender do presidente da CMU Comercializadora de Energia, Walter Fróes, o nível de transparência da empresa será uma obrigação de quem arrematar a companhia. “Acho que a desistência do governo foi positiva. O gestor privado que dê a transparência adequada”, avaliou. Fróes assinalou que a CVM tem muita burocracia. “A SEC (órgão equivalente à CVM dos EUA) já condenou o Eike Batista. A CVM nunca conseguiu”, acrescentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Trump vai na contramão do combustível mais limpo

Enquanto líderes globais estão reforçando a defesa do uso de biocombustíveis que emitem menos gases de efeito estufa, como defendeu ontem o ex-presidente americano Barack Obama durante o Fórum Cidadão Global, em São Paulo, ao mencionar expressamente os biocombustíveis brasileiros, o governo de Donald Trump volta a indicar que pretende caminhar na direção contrária.

Nesta semana, a Environmental Protection Agency (EPA), a agência de proteção ambiental dos Estados Unidos que é responsável por estabelecer os mandatos anuais de uso de combustíveis renováveis, reforçou sua argumentação para reduzir os volumes obrigatórios do ano que vem.

Em julho, o órgão apresentou sua proposta para os mandatos a serem cumpridos em 2018, indicando que pode reduzir o volume reservado aos "biocombustíveis avançados" - que possuem uma "pegada" de carbono menor que os "biocombustíveis convencionais". A proposta é que o volume de "biocombustíveis avançados" em 2018 fique em 4,24 bilhões de galões, enquanto o mandato deste ano é de 4,28 bilhões de galões.

O etanol de cana, fornecido basicamente pelas importações do produto do Brasil, é um dos principais "biocombustíveis avançados" utilizados nos Estados Unidos.

A proposta foi objeto de comentários no âmbito de uma consulta pública, mas a agência não indicou que pretende alterar sua proposta, conforme documento publicado na quarta-feira.

Um dos principais argumentos considerados pela EPA é o de proteção ao mercado americano. A agência demonstrou preocupação com a "incerteza substancial" quando ao ritmo das importações, o que poderia dar permissão a ela "renunciar aos volumes legais aplicáveis".

O órgão também mencionou em seu texto que, durante as consultas, foram apresentadas por parte de duas organizações representantes da indústria de combustíveis fósseis a preocupação a respeito de um "severo prejuízo econômico" aos Estados Unidos.

A agência tem sido alvo de forte pressão da cadeia do petróleo, e especificamente de alguns players. No documento, a EPA mencionou três vezes um comentário da companhia Valero, refinaria do bilionário Carl Icahn, que tem uma relação próxima com Donald Trump.

Para Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul do Brasil, a postura do governo americano a respeito dos biocombustíveis tem mais um caráter "protecionista", seguindo a tônica geral que vem sendo adotada pelo governo Trump.

A agência americana abriu mais um período de consulta pública, agora até 19 de outubro, para receber mais comentários a respeito dos próximos mandatos.

Farina afirmou que a indústria brasileira continuará a participar das consultas promovidas pela EPA, mas ressaltou que também é preciso "olhar para outros lugares", como a China, que recentemente indicou que pretende elevar a mistura de etanol à gasolina para 10% até 2020.

Ela comentou também que alguns governos estaduais americanos, diferentemente do governo federal, já indicaram que permanecerão no Acordo climático de Paris, mantendo seus programas de incentivo a biocombustíveis. É o caso da Califórnia, que possui uma política específica que oferece um "prêmio" para o etanol brasileiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Marina Rocchi Mattar

Título: Andar de carroças de novo?

O consumo de combustível é a maior fonte de emissões responsáveis pelo aquecimento global. Por isso mesmo, e felizmente, o mundo se encaminha para o estímulo ao transporte coletivo e ao automóvel elétrico. No Brasil, porém, as autoridades tendem a tratar com certo descaso os investimentos em transportes públicos e a afirmar, na contra-corrente, que o carro elétrico não terá futuro entre nós.

Em relação ao transporte coletivo, no passado as pessoas viajavam pelo Brasil utilizando o transporte ferroviário e hoje este meio de locomoção praticamente inexistente. Já pensaram no impacto positivo sobre o turismo (além do meio ambiente, mobilidade etc) se isso voltasse a acontecer?

Quanto ao carro elétrico, a afirmação aterradora do então presidente Collor, ao experimentar um carro na Itália, de que os carros brasileiros eram "verdadeiras carroças" volta à cabeça. Estava certo o polêmico político. A partir de então, se iniciou uma nova fase na indústria automobilística brasileira com o lançamento de modernos e tecnológicos automóveis.

Na Europa, onde a energia é mais cara, a sociedade já faz uma clara opção pelos veículos elétricos

Essa dúvida de alguns sobre o sucesso do carro elétrico no Brasil contrasta com a nova postura da juventude com relação ao automóvel, que já não é unanimidade entre eles, seja pelo aumento do uso compartilhado do veículo,

tendência crescente em diversos países, seja pela evolução tecnológica, ou melhor, revolução tecnológica: o carro elétrico, que já começa a povoar a paisagem das cidades europeias.

Não será surpresa ver, nos próximos meses, a opção de carros elétricos disponíveis em aplicativos de transporte, assim como aconteceu na Conferência Mundial do Clima (CoP-23), em Marrocos, no final de 2016, onde todos os carros da Uber eram elétricos.

Essa visão retrógrada desconsidera o fato de que estamos no limiar de uma nova era da civilização com o objetivo de evitar o aquecimento global incentivando uma economia de baixo carbono. Na Alemanha, se discute que a partir de 2030 sejam fabricados somente carros elétricos e, a partir de 2050, somente esses veículos poderão circular nas espetaculares estradas germânicas. A Inglaterra tem sinalizado atingir o mesmo objetivo a partir de 2040.

Até mesmo nos Estados Unidos, que saiu do Acordo de Paris, somente este ano serão lançados mais de 40 modelos de carros híbridos - carros movidos a eletricidade e alternativamente à combustível - superando, assim, o maior obstáculo à sua introdução no mercado: a baixa autonomia - hoje por volta de 170 Km.

No Brasil, um país cuja produção de petróleo cresce e possui potencial para produção de etanol em larga escala, muitos têm argumentado que o alto custo da energia elétrica e a falta de infraestrutura de reabastecimento elétrico não permitem um futuro para o carro elétrico em nosso país.

Contudo, o que se vê na Europa, onde o custo de energia é ainda mais elevado do que no Brasil, é que a sociedade já está fazendo uma clara opção pelos veículos elétricos. Além da consciência ecológica, este avanço é também uma consequência do extraordinário aumento do fornecimento de energia de fontes renováveis - eólica e solar, principalmente.

Também nunca é demais lembrar que o Brasil é o país com a matriz energética mais limpa do mundo e possui um enorme potencial para geração de energia de base renovável.

A falta de infraestrutura para reabastecimento parece refletir a lógica de que "uma mentira mil vezes repetida se torna verdade" porque, segundo o IBGE, o acesso à energia elétrica já é praticamente universalizado no território nacional (99,96% nas áreas urbanas e 98,2% nas áreas rurais, em 2015), logo, este é um assunto de fácil solução.

Destaque-se que um dos fatores fundamentais para a popularização do carro elétrico foi o desenvolvimento da bateria de lítio, mineral do qual o Brasil detém

mais de 8% das reservas mundiais, de acordo com o projeto de Avaliação do Potencial de Lítio no Brasil, coordenado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Não podemos nos tornar simplesmente exportadores de mais uma commodity mineral, gerando empregos e riqueza em outros países enquanto o Brasil convive com mais de 12 milhões de desempregados. Temos que agregar valor no Brasil aos nossos recursos naturais, exatamente como fazem os Estados Unidos, que proíbem a exportação de petróleo, e a China, que tributa fortemente a exportação de terras raras utilizadas na fabricação de catalisadores.

Para exemplificar, a fábrica de bateria de lítio construída no Estado de Nevada, nos EUA, que deve custar cerca de US\$ 5 bilhões, criará 6,5 mil empregos diretos e cerca de 16 mil indiretos. A expectativa é que a fábrica aporte cerca de US\$ 100 bilhões em benefícios para a região nos próximos 20 anos. A maior parte das reservas de lítio está concentrada na América do Sul e no Brasil há mais reservas do que no território americano.

Será que investimento semelhante não poderia ser feito no Vale do Jequitinhonha, se as autoridades resolverem criar uma política industrial que estimule a agregação de valor no Brasil em vez de exportar commodities?

O Banco Mundial estima que o mercado de investimentos de baixo carbono na América Latina e no Caribe seja de US\$ 1 trilhão até 2040, com US\$ 600 bilhões se materializando até 2030, e no mundo, conforme estimado pela McKinsey, a economia de baixo carbono gerará entre US\$ 57 e US\$ 93 trilhões, até 2030, em novos investimentos em infraestrutura que emitem menos e resilientes ao clima.

Os exemplos existem. Se as autoridades brasileiras souberem navegar nesta revolução do setor automobilístico o setor industrial brasileiro poderá atrair uma boa parcela desses recursos.

Assim, parece não existir a menor dúvida de que os arautos do insucesso do carro elétrico no Brasil estão fadados a mais um fiasco lendário, como aconteceu com famoso diretor do departamento de patentes americano, Charles Holland Duell, que, ao final do século XIX, afirmou que "Everything that can be invented has been invented". Quem viver, verá. Ou será que estamos condenados a novamente andar de "carroças"?

Marina Rocchi Martins Mattar é mestre em Relações Internacionais pela USP, co-chair do Carbon Pricing Leadership Coalition do World Bank e diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Abiquim.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaque

Petrobras e ANP

A Petrobras considerou um "sinal positivo para a competitividade da indústria de óleo e gás no Brasil" o perdão parcial concedido pela ANP para a contratação da plataforma do projeto de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. A medida se refere ao perdão pelo não cumprimento dos compromissos de conteúdo local previstos em contrato. A estatal informou, em nota disponível em seu site, que analisará junto aos seus parceiros no consórcio o impacto dos ajustes efetuados e que, como operadora de Libra, já foi comunicada da decisão de isentar o consórcio do cumprimento dos índices de conteúdo local para todos os itens do casco e de alguns equipamentos e serviços do item "plantas". A Petrobras destacou que o pedido de isenção feito se fundamentou no contrato de partilha da produção de Libra. Uma das cláusulas do contrato prevê a possibilidade do perdão em casos de preço excessivo e inexistência de fornecedor capaz de atender as exigências de conteúdo local e dentro dos prazos desejados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito e Beatriz Olivon | Do Rio e de Brasília**Título:** Relator vota pelo fim da punição para crime de furto em ação no STJ

As distribuidoras de energia sofreram a primeira derrota no processo que discute a possibilidade de extinção da punibilidade para o crime de furto de energia, em julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em seu voto, o ministro-relator, Jorge Mussi, disse que, nas situações em que forem descobertos furtos ou fraude de energia, será adotada a extinção de punibilidade aplicada ao crime tributário. Ou seja, caso o infrator pague o débito relativo ao consumo irregular de energia, a cobrança será extinta e ele estará livre de qualquer penalidade pelo ato criminoso.

O processo, no entanto, não foi decidido ainda. Em seguida ao voto do relator, o ministro Joel Ilan Paciornik pediu vista.

O processo é considerado de extrema importância pelas distribuidoras. No entendimento delas, caso o STJ decida pela extinção de punibilidade, haverá um incentivo ao consumo irregular de energia e um enfraquecimento do trabalho feito pelas empresas no combate ao furto e fraude de energia. Estima-se que o

consumo irregular gera prejuízos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões, cujo valor é rateado entre as próprias distribuidoras e os clientes adimplentes.

Na quarta-feira, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) havia se manifestado contrária à extinção do crime. Para a entidade, em nota, "qualquer interpretação da lei que possa reduzir a efetividade das ações de combate ao furto e fraude de energia elétrica e, indiretamente, abrandar punições aos criminosos, prejudicará a qualidade do serviço público de energia elétrica prestado à sociedade e, ainda, penalizará injustificadamente os consumidores honestos que serão impactados com o aumento das tarifas".

A Light, distribuidora de energia que atende a região metropolitana do Rio de Janeiro, informou que perde R\$ 1,5 bilhão por ano por causa de furtos de energia. Segundo a empresa, a extinção da punibilidade, pode trazer sérios prejuízos para toda a sociedade.

Em outro caso, que deve ser retomado na próxima semana pelo STJ, será avaliada a proibição do corte do fornecimento de clientes que tiverem praticado furto ou fraude de energia após 90 dias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Negociação entre Eletrobrás e Eletropaulo agrada mercado

As ações da Eletropaulo fecharam em forte alta ontem, diante da expectativa de que uma disputa judicial que persiste há 29 anos com a Eletrobrás possa ser encerrada ainda neste ano. As duas empresas pretendem suspender a ação judicial por 60 dias, período em que vão tentar avançar na negociação de um acordo para encerrar definitivamente o litígio, que teve início em 1988.

No entendimento de analistas ouvidos pelo **Valor**, a disputa prejudica especialmente a Eletropaulo, pois há um entendimento no mercado de que o passivo é da companhia. Até 30 de junho deste ano, a distribuidora de energia calculava que o valor ajustado chegaria a R\$ 2,015 bilhões, caso o processo tivesse um desfecho favorável à Eletrobrás. A estatal, por sua vez, estimava, ao fim do primeiro semestre, que tinha R\$ 2,8 bilhões em recebíveis dessa disputa.

Os investidores utilizam esses valores para calcular um desconto no preço das ações da Eletropaulo. Apesar de um acordo significar saída de caixa da companhia, a possibilidade do fim desse passivo não provisionado em balanço agradou o mercado, que viu uma possibilidade da Eletropaulo ganhar valor.

"Um acordo representa uma relação 'ganha-ganha'. Vai gerar valor para a Eletrobrás e também para a Eletropaulo", disse Julian Nebreda, presidente da AES Brasil. Entre os benefícios à distribuidora, além da possível apreciação de suas ações, é a readequação do perfil de crédito da empresa.

Em teleconferência realizada ontem para tratar do assunto, o diretor financeiro e de relações com investidores da Eletropaulo, Marcelo de Jesus, explicou que a companhia só aceitará um acordo se o valor a ser desembolsado for "substancialmente inferior" ao que está precificado nas ações.

Ele, no entanto, não explicou qual seria uma faixa para esse valor inferior a R\$ 2 bilhões.

Em nota enviada ao **Valor**, a companhia explicou que, se as partes chegarem a um acordo, todas as opções disponíveis para financiar o pagamento serão consideradas, como utilização de recursos em caixa, emissão de dívida e de valores mobiliários.

Além do ânimo referente à melhora do balanço da companhia, a valorização das ações de ontem também refletiu a expectativa de que isso poderá ajudar a acelerar uma potencial venda do controle da Eletropaulo. Com um problema a menos, a americana AES poderá conseguir um preço que considere mais adequado para se desfazer da participação na distribuidora.

A questão entre as duas elétricas surgiu de um empréstimo tomado da Eletrobrás pela então estatal Eletropaulo, em 1986. Na época, a companhia paulista reunia, além da concessão de distribuição atual, ativos que hoje pertencem às empresas Cteep, EDP São Paulo e EMAE. Separadas e, posteriormente, privatizadas, restou a questão sobre quem assumiria o passivo. A Eletropaulo alega que a obrigação era da Cteep, mas um entendimento recente da Justiça decidiu que a dívida era da distribuidora.

Ainda que a Eletropaulo aceite pagar a dívida em um acordo, a companhia mantém a visão de que a Cteep é a entidade responsável pela obrigação. Por isso, avalia buscar com a transmissora o ressarcimento integral do valor eventualmente pago à Eletrobrás.

As ações preferenciais da Eletropaulo fecharam o pregão de ontem com alta de 5,06%, a R\$ 14,53.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Governo não vai levar estatal ao Novo Mercado**

O ministro interino de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse ontem que a entrada na Eletrobrás no Novo Mercado da B3 não será uma condição para que a empresa seja privatizada. "Levar a Eletrobrás ao Novo Mercado no nosso entendimento, na visão atual, ampliaria o cronograma [da privatização] e comprometeria os prazos que nós queremos. Possivelmente isso será uma obrigação para o novo investidor e não uma condição prévia ao leilão", disse ele referindo-se ao processo de transferência de controle da estatal ao setor privado.

Pedrosa, que é secretário executivo do ministério, ocupa interinamente o cargo de ministro enquanto o titular da Pasta, Fernando Coelho, cumpria compromisso no exterior. Ele participou do 17º Encontro da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

Durante o evento, Pedrosa disse que a interferência política sofrida pela Eletrobrás nos últimos 12 anos levou a companhia a registrar prejuízos da ordem de R\$ 175 bilhões. Segundo ele, somente no ano passado, no momento em que o governo já vivia um cenário fiscal complicado, foi necessário fazer um aporte de R\$ 3 bilhões na estatal para que a companhia conseguisse cumprir com todas as obrigações de investimentos.

Um dos principais problemas da estatal, afirmou Pedrosa, envolve o controle das distribuidoras deficitárias que atendem estados das regiões Norte e Nordeste. Essas distribuidoras devem ser privatizadas até o início de 2018. "Aí me perguntam: você vai vender as distribuidoras? Se eu pudesse, eu daria de graça", disse.

O secretário afirmou que desde que essas distribuidoras deixaram de ser controladas por governos estaduais, no processo de federalização, a estatal vem assumindo prejuízos da ordem de R\$ 40 bilhões. Agora o governo planeja privatizar as seis subsidiárias no início do ano cobrando valor simbólico de R\$ 1. Em contrapartida, vencerá a disputa quem oferecer a cobrança de menor tarifa dentro da sua região de atuação.

Durante a palestra para empresários, Pedrosa acusou a gestão anterior de desvirtuar o propósito de existência da estatal. "A Eletrobrás foi usada historicamente como um instrumento de manutenção de poder, de construção

de alianças, de intervenção na economia, com as melhores e as piores razões, a depender do momento", afirmou.

O secretário considera que tem conseguido superar um "modelo intervencionista". "O governo chamava para si a responsabilidade de definir arranjos comerciais, definir preços." Ele disse que a Eletrobrás deixará de praticar para sempre a "taxa patriótica de retorno". "Isso não é ideológico, não é baseado num projeto político. É pragmático: Não temos os recursos que ela precisa para competir no mercado".

Pedrosa afirmou ainda que se sente "muito orgulhoso" de perceber que o setor elétrico tem sido um "pilar" da atual recuperação da economia. "Estamos sendo centrais na recuperação. Percebemos isso quando a gente olha a alta do valor das empresas na bolsa, a queda dos juros no país e o início da recuperação do emprego", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | De São Paulo

Título: Petros teme prejuízo com Eldorado

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, ainda não se decidiu sobre a venda em sua fatia na Eldorado Celulose porque corre o risco de que o retorno obtido com a operação fique abaixo do desejado.

A fundação calculou o valor de sua participação no ativo, em 2016, em R\$ 815 milhões, com base nos cálculos do Ministério Público Federal (MPF). "A Petros ainda está reticente porque pode reconhecer um prejuízo", afirmou uma fonte com conhecimento do negócio.

Os acionistas da Eldorado Brasil são J&F Investimentos, o controlador, FIP Florestal e FIP Olímpia. O FIP Florestal é um fundo de investimento em participações que possui, entre seus cotistas, os fundos de pensão Petros e Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal), além da própria J&F Investimentos. A Petros tem participação de 8,53%, mesmo percentual da Funcef.

Na quarta-feira, a Funcef anunciou decisão de exercer o direito de participar da operação de venda. Segundo fonte, a fundação dos bancários vai receber algo entre R\$ 600 milhões e R\$ 650 milhões. Assim, por possuírem exatamente a mesma fatia da Eldorado, deverão receber os mesmos valores. Os fundos de pensão pagaram R\$ 272 milhões por suas respectivas fatias no fundo estruturado.

A Petros anunciou recentemente um equacionamento referente ao déficit de 2015 calculado em R\$ 27,7 bilhões ao longo de 18 anos. Em vez de fazer o saneamento pelo valor mínimo - o resultado negativo em 2015 foi de pouco mais de R\$ 22 bilhões -, optou fazê-lo pelos valores atualizados, evitando o risco de novos saneamentos. Assim, há um entendimento que este potencial prejuízo com a venda da fatia no Eldorado já seja contabilizado. Procurada, a Petros não respondeu imediatamente sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Ouro Preto busca investidor para pré-sal

Presidente da única empresa privada brasileira habilitada para a 2ª Rodada de áreas do Pré-Sal, Rodolfo Landim contou que ainda busca investidores interessados em participar diretamente da exploração do pré-sal brasileiro e quer ser uma alternativa atraente para quem quer focar apenas no pré-sal brasileiro.

"O pré-sal é uma oportunidade importante em termos de reservas e produção em nível mundial, e hoje os investidores só podem participar [desse investimento] comprando ações de empresas que têm ações em bolsas de valores", disse o executivo.

Landim se refere ao porte das companhias habilitadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para o leilão marcado para 27 de outubro, que tem alguns peso pesados como a ExxonMobil, Shell, Statoil, Total, Chevron, Petrobras, Repsol Sinopec e ainda a Petronas e a Petrogal, subsidiária da Galp. E observa que por serem companhias muito grandes, algumas das empresas que têm ativos atualmente no pré-sal operam de forma diversificada em diversos países, e por isso ao comprar ações dessas companhias os investidores também diversificam suas apostas. Landim quer que sua empresa participe dessa aposta.

"Através da Ouro Preto os investidores terão a oportunidade de participar do pré-sal", afirma o presidente da petroleira. "Queremos ser uma alternativa para quem quer investir no pré-sal junto com uma empresa brasileira que tem qualificação técnica e experiência", resume o executivo.

Landim explica que a opção pela 2ª Rodada do Pré-Sal, onde serão oferecidos campos adjacentes aos que já têm descoberta confirmada e que por isso terão que ter a produção unitizada, tem o objetivo de reduzir riscos. "O interesse dos investidores pela exploração, que envolve riscos, ainda não é grande", afirma.

Ex-presidente da BR Distribuidora, MMX, OGX e OSX, de onde saiu depois de desavenças com Eike Batista, Landim olha para o futuro com otimismo, mas sem perder a cautela com o momento pelo qual passa o setor de petróleo e gás no Brasil. Cita a volta da Exxon ao país como exemplo da importância do pré-sal para as perspectivas de longo prazo das grandes companhias do setor. E avalia que isso foi possível porque as empresas agora podem deixar de ser coadjuvantes, já que a Petrobras não é mais a única operadora do pré-sal. Entre fatores que segundo ele ajudam a "melhorar o clima" econômico menciona a queda da inflação, o crescimento do PIB e a alta da bolsa de valores, que ele ressalta ser um bom termômetro do ânimo dos investidores.

"O Brasil ainda não está no nível de intensidade que poderia por causa do preço do petróleo. As mudanças regulatórias ajudaram demais. Ainda existe preocupação com a indefinição política, o que não ajuda muito, mas a atuação do governo e da agência [ANP] deram conforto para que empresas que não atuavam fortemente, ou as que tinham ido embora, voltarem", diz.

Sobre o leilão, Landim afirma apenas que a Ouro Preto está tendo conversas com investidores. A empresa é habilitada como operadora A pela ANP desde a compra dos ativos da El Paso, em 2014, licença que permite operar campos em águas profundas. E repete o que dizem a maior parte dos presidentes das petroleiras: as negociações só acabam no dia do certame.

Criada em 2010 e tendo como sócio o bilionário Julio Bozano, a Ouro Preto tem um time enxuto, de 52 profissionais. Alguns são experientes técnicos que participaram das primeiras avaliações do pré-sal, quando estavam na Petrobras, como é o caso do atual diretor de Exploração e Produção, Edmundo Marques.

Depois da aquisição dos ativos da El Paso, a empresa passou a ter 15 blocos em fase exploratória, sendo sete na Bacias do Recôncavo em sociedade com a Petrobras, GDF Suez e Cowan, outros sete na Bacia do Parnaíba e um na parte marítima da Bacia de Barreirinhas. A única produção atualmente é do complexo de Pescada/Arabaiana, do qual tem 35% e de onde foram extraídos 144 barris de petróleo em junho, segundo dados da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | De São Paulo

Título: Previ avalia proposta de arbitragem coletiva contra Petrobras

A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, avalia a viabilidade da arbitragem coletiva aberta contra a Petrobras. Segundo o

presidente da entidade, Gueitiro Genso, a adesão virá somente após uma "avaliação cuidadosa" do fundo de pensão.

"No passado, já tivemos pareceres jurídicos de que não faria sentido ingressarmos. Avaliaremos com cuidado", disse. O executivo afirmou, ainda, que a Previ não ingressará em nenhuma "aventura jurídica".

O **Valor** publicou na quarta-feira uma reportagem informando que a "arbitragem coletiva" aberta por investidores contra a Petrobras na Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), da B3, tem o potencial de pleitear até R\$ 20 bilhões da estatal em indenizações, caso os principais fundos de pensão que já tiveram ações da companhia resolvam aderir ao processo. A Previ é um deles, junto de Funcef (dos funcionários da Caixa Econômica Federal) e da Petros (dos funcionários da própria Petrobras).

O escritório de advocacia Modesto Carvalhosa entrou com o processo representando um grupo de investidores, mas aceitará adesões de quem negociou ações da companhia entre janeiro de 2010 e julho de 2015. A ideia é replicar, na medida do possível, a ação coletiva movida contra a estatal nos Estados Unidos, que representa investidores que negociaram ADRs da companhia no mesmo intervalo.

As associações de pensionistas dessas entidades calculam que eles teriam direito a indenizações expressivas. No caso do Petros seria de R\$ 7 bilhões. A Previ teria R\$ 5 bilhões. Já a Funcef, mais R\$ 3 bilhões. O processo pode crescer caso tenha ainda a adesão do BNDES.

Até o momento, a ação, que é sigilosa, teve a adesão de mais de 200 investidores pessoas físicas e mais de 20 fundos de investimento, alguns deles com posição relevante na companhia. O **Valor** apurou que, juntos, eles calculam ter perdido cerca de R\$ 5 bilhões com ações da companhia no período. Esse prejuízo, diz o processo, foi causado por ações da Petrobras que violaram as leis do mercado de capitais, como atraso na publicação de balanços e divulgação de informações falsas ao mercado.

Outros investidores podem aderir ao processo até que os árbitros sejam definidos pelas partes. Isso deve acontecer dentro de um ou dois meses. É o que os advogados estão chamando de "período para adesão."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl | De São Paulo

Título: Eneva conclui oferta de R\$ 835 milhões e reestreia na bolsa

Depois de quase ruir como parte do Grupo X, a empresa de energia Eneva (antiga MPX) vai reestrear na bolsa de valores na segunda-feira. Ontem, a companhia concluiu a captação de R\$ 834,5 milhões em recursos novos por meio de uma oferta de ações. Como a Eneva já é listada, mas os papéis têm pouca liquidez, essa transação é conhecida como um re-IPO (oferta inicial de ações em inglês).

Com esses recursos, a Eneva pretende deixar para trás a herança de seu criador, o empresário Eike Batista. A maior parte do dinheiro será usada para o pagamento de dívidas, o que permitirá à companhia ampliar sua capacidade de investimentos daqui para a frente. A empresa tem hoje alguns projetos na carteira que não consegue tocar por falta de recursos.

Não foi, porém, sem dificuldades que a Eneva conseguiu fechar a transação. Quando lançou a oferta, a Eneva buscava um preço entre R\$ 13 e R\$ 16 por ação, mas, depois de encontrar pouca procura pelos papéis, reduziu o piso desse intervalo para R\$ 11, valor no qual a transação foi concluída. Esse preço representa um desconto de quase 7% sobre o preço de fechamento dos papéis na bolsa ontem.

Depois de reduzir o preço, a Eneva conseguiu atrair os investidores. Cerca de 70% dos compradores dos papéis são fundos de investimento brasileiros. Investidores de longo prazo também compraram papéis.

Segundo o **Valor** apurou, uma fatia dos recursos novos levados para a companhia veio de um de seus principais acionistas, a Cambuhy Investimentos, espécie de gestora de fundo de private equity que tem entre seus investidores o banqueiro Pedro Moreira Salles.

Com o aporte, a Cambuhy buscou evitar uma diluição total na companhia. Antes da oferta, a gestora tinha 25,72% da Eneva, e depois da operação deve se manter um pouco abaixo disso. Procurada pela reportagem, a Cambuhy não comentou o assunto.

Também dona da recém-adquirida Alpargatas e de uma fatia da Hering, a Cambuhy enxerga na Eneva uma grande plataforma de energia com potencial de crescimento, por isso tem planos de longo prazo para esse ativo do portfólio.

Outros acionistas de Eneva são o banco BTG Pactual, com 36,37%, o Itaú Unibanco, com 7,88%, o grupo alemão E.On (por meio da holding Uniper), com 8,28%, e a OGX, com 6,22%.

Pelas condições da oferta divulgadas no prospecto, alguns acionistas, como o BTG Pactual e o Itaú Unibanco, poderiam vender uma parcela de seus papéis.

A oferta foi coordenada pelos bancos BTG Pactual, Itaú BBA, Goldman Sachs, Bradesco BBI, Citi e Santander.

Com o re-IPO da Eneva, as ofertas de ações já somam neste ano cerca de R\$ 32 bilhões, volume maior do que aquele movimentado pelas emissões de renda variável em 2010, quando foram registrados R\$ 31,8 bilhões. Até agora foram nove ofertas iniciais de ações neste ano.

Além disso, outras companhias já manifestaram planos de chegar à bolsa, como a fabricante de calçados Vulcabras, a varejista de artigos esportivos Centauro, a rede de lanchonetes Burger King, a Algar Telecom.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: STJ nega pedido de minoritários do Grupo Ipiranga

Os minoritários do Grupo Ipiranga perderam no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a disputa travada contra Ultrapar, Petrobras e Braskem. Os ministros da 3ª Turma ratificaram a operação realizada pelas companhias para a compra do grupo, em 2007, por R\$ 4 bilhões.

O processo foi ajuizado por dois fundos geridos pela Polo Capital, que detém ações preferenciais (PN, sem voto) das companhias do Ipiranga. Defendem que o grupo deveria ter feito uma oferta pública para a aquisição dos papéis em favor dos acionistas preferenciais.

Por meio de um fato relevante divulgado ao mercado, souberam que o controle das empresas seria alienado à Ultrapar Participações, com posterior incorporação de ações e reorganização societária que envolveria Petrobras e Braskem. Para os fundos, a operação, realizada em cinco etapas, seria equivalente a um fechamento indireto de capital, o que exigiria uma oferta pública.

Para o relator da ação no STJ, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, porém, não houve fechamento indireto de capital, uma vez que as envolvidas na operação são empresas de capital aberto. Não ocorreu, assim, perda de liquidez das ações.

Ainda segundo Sanseverino, a incorporação pode ser deliberada pelo controlador que detenha mais da metade das ações com direito a voto. Aos minoritários dissidentes resta apenas a opção pelo direito de retirada, que nem

sempre é vantajosa uma vez que o reembolso da ação é calculado, em regra, pelo valor patrimonial do papel.

No voto, o ministro acrescenta que a proteção dos minoritários é um tema sensível para o direito societário, mas no caso concreto não há fraude à lei. "Como as companhias envolvidas na operação eram de capital aberto, com ações plenas de liquidez, a incorporação de ações não retirou do acionista a possibilidade de alienar suas ações no mercado de capitais", afirma.

Os minoritários já foram derrotados em processo aberto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), julgado em 2015. O processo administrativo absolveu ex-conselheiros do Grupo Ipiranga que eram acusados de violação do dever de lealdade. A decisão foi mantida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) em fevereiro.

Agora, com a decisão do STJ ainda resta uma ação em instância inferior que pede ressarcimento de danos. A ação foi iniciada no Rio de Janeiro e redirecionada pelo STJ para julgamento em São Paulo, onde já havia sido iniciada a ação decidida agora pela 3ª Turma.

O advogado da Ultrapar Alexandre de Mendonça Wald, do escritório Wald Advogados, afirmou que a decisão da 3ª Turma reconhece a absoluta regularidade e legalidade da operação. "O STJ decidiu que a operação de aquisição por incorporação de ações não se confunde com fechamento branco de capital", afirma. A Polo Capital informou que pretende recorrer.

MME / ASCOM .